



# ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral  
(CIDI)



## QUINTA REUNIÃO DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

17 e 18 de novembro de 2022  
São Domingos, República Dominicana

OEA/Ser. K/XLVIII.5  
CIDI/REMDES/doc.12/22  
20 dezembro 2022  
Original: espanhol

---

### RELATÓRIO FINAL DA QUINTA REUNIÃO DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (V REMDES)

#### I. INTRODUÇÃO

A Quinta Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social (V REMDES), foi realizada presencialmente nos dias 17 e 18 de novembro de 2022, em São Domingos, República Dominicana, país que apresentou seu oferecimento de sede durante a IV REMDES na Guatemala, em 2019.

O processo preparatório da V REMDES implicou o envolvimento ativo da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social (CIDES), bem como de seus Grupos de Trabalho, da Troika e dos Estados membros da OEA reunidos através do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), que definiram o lema da reunião “Fortalecendo a Cooperação Hemisférica para a Reconstrução Resiliente e o Desenvolvimento Social Sustentável nas Américas” e os temas que seriam priorizados para sua abordagem durante a reunião ministerial. De junho a novembro de 2022 foram realizadas nove reuniões informais de negociação dos documentos centrais da reunião, “Projeto de Declaração Interamericana de Prioridades em Matéria de Desenvolvimento Social” e “Projeto de Plano de Ação da República Dominicana 2022”, e uma reunião preparatória formal, realizada em formato virtual o 20 de outubro de 2022. Os temas considerados e documentos adotados colhem as diversas perspectivas expressadas pelas autoridades do processo ministerial de desenvolvimento social e pelos demais Estados membros da OEA.

A quinta reunião ministerial trienal de desenvolvimento social mostrou-se de suma pertinência, pois abordou temas de alta prioridade para o desenvolvimento integral da região, como a pobreza multidimensional e a desigualdade, a proteção social e o mercado de trabalho, o cuidado das pessoas e a especial consideração dos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade. As temáticas examinadas durante o encontro são fundamentais para avançar decisivamente no desenvolvimento de políticas sociais inovadoras de acordo com as complexas circunstâncias atuais, oferecendo uma oportunidade única para reunir as pessoas que têm a seu cargo a crucial tarefa de formular e implementar políticas sociais para discutir, além das prioridades nacionais, como os países podem colaborar para enfrentar desafios comuns e construir soluções coletivas.

#### II. PARTICIPANTES

A reunião contou com a participação de Ministros, Ministras e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social provenientes de 23 Estados membros da OEA. A lista de participantes pode ser consultada através do seguinte link: [Lista Participantes V REMDES, OEA.](#)

### III. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A reunião ministerial contou com interpretação simultânea nos quatro idiomas oficiais da OEA (espanhol, francês, inglês e português) e, conforme o artigo 20 do Regulamento para as Reuniões Setoriais e Especializadas de Nível Ministerial e/ou de Altas Autoridades do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral<sup>1</sup>, se desenvolveu através de uma sessão de abertura, quatro sessões plenárias e uma sessão de encerramento, cujo conteúdo central se resume adiante.

Em sua maioria, as sessões temáticas começaram com apresentações de especialistas no assunto (acadêmicos e representantes de organismos internacionais), que ofereceram uma análise técnica atualizada sobre os temas acordados. Depois, Ministros, Ministras e Altas Autoridades dos países participantes compartilharam suas experiências e práticas promissoras com referência ao tema considerado na correspondente sessão plenária, identificando as lições aprendidas e os desafios de implementação enfrentados. Em seguida, abriu-se um espaço de diálogo no qual as autoridades tiveram a oportunidade de intercambiar ideias, comentários e perspectivas acerca do tema em debate.

#### A. Sessão de abertura

Durante a sessão de abertura interveio a Senhora Maricarmen Plata, Secretária de Acesso a Direitos e Equidade, representando a OEA; o Senhor Francisco Antonio Peña Guaba, Coordenador Geral do Gabinete de Coordenação de Políticas Sociais da Presidência da República Dominicana; e o Senhor Luis Abinader, Presidente da República Dominicana, na qualidade de país anfitrião da V REMDES.

Em sua intervenção, a Senhora Plata destacou que esta reunião ministerial é transcendental para a região, como uma oportunidade propícia para refletir sobre os desafios em matéria social e propor ações conjuntas que contribuam para superá-los; assim, indicou que as exigências dos tempos atuais confirmam as limitações da política social convencional concentrada nos efeitos residuais da política econômica, indicando a necessidade de formular um renovado contrato social que requer, talvez como nunca antes na história recente, a associação solidária entre os Estados membros, promovida neste encontro e em suas linhas de ação derivadas.

Por sua vez, o Senhor Peña Guaba comentou sobre os importantes esforços empreendidos pelo governo dominicano em resposta à crise sanitária, destacando o papel importante assumido pelas instituições de desenvolvimento social na proteção, especialmente dos mais vulneráveis; compartilhando algumas medidas que permitiram ser um dos países com melhores resultados na atenção e recuperação socioeconômica através do aproveitamento das TIC; avançando para uma maior adaptabilidade e resiliência do sistema de proteção social ante situações de crise; e ressaltando o valor que supõe este tipo de encontro promovido pela OEA, no entendimento de que não existem saídas individuais possíveis para a atual crise, mas as estratégias devem ser necessariamente coletivas.

No encerramento da sessão de abertura, contou-se com a intervenção do presidente da República Dominicana, o Senhor Luis Abinader, que ressaltou o privilégio com que conta nossa região

- 
1. **Artigo 20.** Em cada reunião setorial ou especializada do CIDI haverá uma sessão de abertura, as sessões plenárias necessárias e uma sessão de encerramento. Adicionalmente, o Presidente poderá convocar uma sessão preparatória, que terá o caráter de sessão privada, quando tiver temas pendentes de serem resolvidos. Os acordos adotados na sessão preparatória serão formalizados na primeira sessão plenária da reunião. Quando se tratar de uma reunião extraordinária, poder-se-á prescindir da sessão de abertura.

ao ser a primeira no mundo a formar um organismo regional, chamado para fomentar a cooperação e o diálogo sem limites de culturas, diferenças econômicas e demarcações geográficas, como a OEA, promovendo este tipo de fóruns propícios para que, mediante um diálogo aberto e cooperativo se intercambiem oportunidades de melhoria dos sistemas de proteção social de maneira que sejam instrumentos de política verdadeiramente ágeis para contribuir para a recuperação, conscientes de que os desafios devem ser abordados a partir de um renovado multilateralismo.

O áudio da sessão de abertura encontra-se disponível no seguinte link: [https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES\\_0-Inaugural\\_11-17-2022.mp3](https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES_0-Inaugural_11-17-2022.mp3)

## B. Primeira sessão plenária

Na abertura da sessão, por proposta do Chefe da Delegação do Chile, secundado pelo Chefe da Delegação da Guatemala, o Senhor Francisco Antonio Peña Guaba, Coordenador Geral do Gabinete de Coordenação de Políticas Sociais da República Dominicana, foi eleito por aclamação Presidente da Quinta Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social.

Acordou-se a integração da Comissão de Estilo, composta pelas delegações do Brasil para o idioma português, Canadá para o idioma francês, Guatemala para o idioma espanhol e Estados Unidos da América para o idioma inglês. Aprovou-se o projeto de agenda da reunião sem modificações e, com relação à designação de comissões e grupos de trabalho da reunião, acordou-se que, não estando previstos trabalhos paralelos, não seria necessário designar órgãos subordinados.

Além disso, acordou-se o prazo-limite para a apresentação de proposições (17 de novembro de 2022 às 12h00), bem como a duração da reunião (finalizando no dia 18 de novembro de 2022 às 17h15), e aprovou-se o calendário da reunião ministerial.

Posteriormente, interveio a Embaixadora Yolande Smith, Presidente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, CIDI, Representante Permanente de Granada junto à OEA, que apresentou palavras de boas-vindas à reunião, destacando o papel assumido pelo CIDI como órgão diretor do processo ministerial de desenvolvimento social impulsionado pela OEA, como principal fórum para o diálogo político nas Américas. A Embaixadora Smith indicou que a principal missão do Conselho é promover a cooperação entre os Estados membros da OEA para apoiar seu desenvolvimento integral e, através das reuniões ministeriais, procura criar um ambiente no qual os países possam identificar tendências e prioridades regionais, intercambiar experiências e práticas promissoras na formulação e implementação de políticas públicas, gerar oportunidades de cooperação e estabelecer a agenda de trabalho da OEA para os próximos três anos, em apoio aos Estados membros, reafirmando o compromisso do CIDI como parceiro na implementação da declaração política adotada nas REMDES e seu Plano de Ação.

Por outro lado, a Secretaria Técnica do processo ministerial de desenvolvimento social, através da Doutora Betilde Muñoz-Pogossian, Diretora do Departamento de Inclusão Social (DIS/SADE, OEA) apresentou um relatório de seguimento da Quarta Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social (IV REMDES) assinalando os avanços alcançados na execução do “Plano de Ação da Guatemala 2019” e os principais desafios enfrentados para sua implementação num contexto marcado pela crise derivada da pandemia de covid-19. A Doutora Muñoz-Pogossian assinalou que, a

partir da aprovação do Plano de Trabalho da CIDES em abril do 2021, os dois Grupos de Trabalho<sup>2/</sup> ativos mantiveram reuniões periódicas nas quais priorizaram e prepararam atividades para o fortalecimento das capacidades técnicas das instituições encarregadas das políticas sociais nas Américas, sendo possíveis através das contribuições econômicas realizadas pelos Governos do Canadá e República Dominicana, respectivamente. O relatório apresentado pela Secretaria Técnica pode ser consultado [aqui](#).

Como parte das atividades impulsionadas pela CIDES, realizou-se o lançamento oficial do “Compêndio sobre experiências e lições aprendidas na medição da pobreza multidimensional nas Américas”, elaborado pelo Grupo de Trabalho 1 da CIDES com a colaboração da Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford (OPHI) e o apoio técnico do Departamento de Inclusão Social (DIS, SADE, OEA).

Essa apresentação esteve a cargo do Senhor Hugues Vaillancourt, Diretor-Geral de Emprego e Desenvolvimento Social do Canadá, Vice-Presidente do Grupo de Trabalho 1, e da Senhora Michelle Muschett, Assessora Sênior de Políticas Públicas do OPHI, que compartilhou o conteúdo central desta publicação inédita, que colhe a experiência de 14 países das Américas na formulação e implementação de estratégias para medir e atender as múltiplas dimensões da pobreza. Adicionalmente, os técnicos do OPHI proporcionaram ao compêndio uma contextualização regional a respeito da situação atual da pobreza multidimensional e apresentaram recomendações de ação que poderiam ser adotadas para ampliar as metodologias usadas pelos governos para medir a pobreza multidimensional.

Em sua intervenção, a Senhora Muschett destacou o valor intrínseco que esta publicação única em sua natureza tem para os tomadores de decisão e formuladores de política pública, especialmente pela metodologia adotada para sua construção coletiva a partir de contribuições dos países que refletiram e relataram suas próprias experiências, motivo pelo qual este esforço representaria um exemplo para outras regiões do mundo, ao promover o intercâmbio de conhecimentos e lições aprendidas para fechar as lacunas de capacidades técnicas na região e avançar efetivamente rumo à erradicação da pobreza. O compêndio pode ser baixado [em espanhol](#) e [em inglês](#).

O áudio da primeira sessão plenária está disponível no seguinte link: [https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDDES\\_1-Plenaria\\_11-17-2022.mp3](https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDDES_1-Plenaria_11-17-2022.mp3)

- 
- Grupo de Trabalho 1 “Medições da pobreza multidimensional e formulação de políticas públicas focadas em garantir o bem-estar e gozo de uma boa qualidade de vida”.** Presidência: Secretaria de Bem-Estar do México; Vice-Presidência: Departamento de Emprego e Desenvolvimento Social do Canadá; outros membros: Ministério do Desenvolvimento Social da Guatemala e Ministério do Desenvolvimento Social do Paraguai.

**Grupo de Trabalho 2 “Sistemas de proteção social que conduzem ao desenvolvimento social através da redução da pobreza e da desigualdade e ampliam a proteção social com um enfoque integral”.** Presidência: Gabinete de Coordenação de Políticas Sociais da República Dominicana; Vice-Presidência: Ministério do Desenvolvimento Humano e Inclusão Social da Costa Rica; Outros membros: Ministério do Desenvolvimento Social da Guatemala, Ministério do Desenvolvimento Social do Paraguai, Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social do Peru, Ministério do Desenvolvimento Social do Uruguai e Ministério do Desenvolvimento Social da Argentina.

### C. Segunda sessão plenária

Deu-se início à segunda sessão plenária com a apresentação do Relatório sobre Desenvolvimento Humano 2021/2022, global e regional, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através do Senhor Sócrates Barinas, Economista Sênior do PNUD, e da Senhora Melisa Bretón, Oficial de Desenvolvimento Humano do PNUD, que contextualizaram a situação socioeconômica atual enfrentada pelas Américas, destacando os principais desafios comuns e possibilidades de ação conjunta para superar a pobreza e as desigualdades após a crise sanitária.

Posteriormente, abordou-se o tema **“Sistemas de proteção social na região no contexto da pandemia de covid-19”**, estruturado com base em cinco subtemas. O primeiro subtema, denominado **“Proteção social adaptativa e resiliente para a gestão e mitigação de riscos ante emergências e desastres socioambientais”**, contou com a apresentação da experiência da Jamaica, através da Senhora Suzette Morris, Diretora de Segurança Social do Ministério do Trabalho e Segurança Social da Jamaica, que compartilhou as estratégias de resposta exibidas pelo Sistema de Segurança Social da Jamaica ante a pandemia de covid-19, num contexto de grave abalo de sua economia após a substantiva redução do turismo como componente-chave de seu PIB. Esse Sistema de Proteção Social utiliza um enfoque multissetorial, multifacético e multidimensional, contando com a participação do governo, do setor privado, da sociedade civil e de parceiros internacionais, e indicou como seu país vem avançando no desenvolvimento de sistemas cada vez mais adaptativos e resilientes, com o objetivo de aumentar a eficiência dos programas sociais para enfrentar e diminuir riscos atuais, diminuindo a vulnerabilidade social ante os riscos no longo prazo. Identificaram-se também certas áreas que será importante continuar fortalecendo para a efetiva consecução desse objetivo, tais como o avanço nos sistemas de informação social, que assume um papel fundamental em termos preventivos e de implementação, que lhes permitirá diminuir as lacunas de acesso às prestações sociais.

Neste sentido, os Estados membros enfatizaram especialmente que a coordenação das políticas de proteção social e medidas de mitigação e adaptação a desafios sanitários e ambientais podem contribuir para diminuir os riscos a que se encontram mais expostos os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, assim como as regiões mais propensas, especialmente o Caribe.

O segundo subtema foi **“Sustentabilidade dos sistemas de proteção social”**, contando com intervenções de quatro países que compartilharam sua experiência nessa matéria. Em primeiro lugar, expôs a Senhora Miranda Lynch-Smith, Subsecretária de Política de Serviços Humanos do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos da América, que indicou três enfoques e linhas de ação que seu país implementou para sustentar sua rede de proteção social e adaptar a forma em que os programas sociais apoiam as comunidades durante as crises, destacando seus serviços de prevenção de riscos, tais como o Programa *Medicaid*, serviços de cuidados de crianças e assistência nutricional para reduzir a pobreza e melhorar o desempenho em inclusão social e saúde.

Com referência a certas lições aprendidas, destacou que a eficácia dos serviços de prevenção requer fluxos de financiamento permanentes, e não de dotações únicas. Os beneficiários e as comunidades relutam em realizar os investimentos necessários para prestar serviços eficazes se não for garantido um financiamento no longo prazo. Neste sentido, a medição da eficácia dos programas exige investimentos analíticos, tecnológicos e de pesquisa para melhorar a coleta de dados, a padronização e a qualidade dos programas; no entanto, muitas vezes o monitoramento e avaliação não são contemplados e supõem um investimento independente dos fundos do programa.

Posteriormente, o Senhor Esteban Bernal, Ministro da Inclusão Econômica e Social do Equador, apresentou avanços e desafios da política socioeconômica do Equador no contexto da pandemia de covid-19, assinalando a ampliação do investimento social efetuado por seu país para enfrentar os novos desafios socioeconômicos; também comentou algumas respostas efetivas oferecidas pelo governo, tais como: ante o aumento da desigualdade econômica de gênero, criou-se o projeto produtivo “Impulso Violeta”; fortaleceram-se os créditos de desenvolvimento humano e as feiras de empregabilidade e de empreendimentos; identificou-se a necessidade de ampliar o sistema de transferências monetárias para garantir um piso mínimo de consumo vital para as famílias vulneráveis através do bônus “Infância Futuro” e programas nutricionais; e a proteção de pessoas em mobilidade humana devido ao deslocamento causado pela pandemia, criando Centros de Atenção Temporária de Mobilidade Humana e oferecendo atenção humanitária e psicossocial, assessoria legal, entre outros.

Em seguida, a Senhora Rean Gibson, Analista de Pesquisa do Ministério do Empoderamento das Pessoas e Assuntos dos Idosos de Barbados, destacou que a obtenção de sistemas de proteção social sustentáveis exige a substituição radical de enfoques aplicados para poder transformar vidas por enfoques que garantam três pilares importantes para a sustentabilidade: o financiamento, o desenvolvimento sustentável dos programas (mediante redes de proteção capazes de reduzir efetivamente a pobreza melhorando a qualidade de vida e os meios de subsistência dos beneficiários) e a capacidade de adaptabilidade e resiliência dos sistemas para responder a eventos que afetam a vida das pessoas.

Por último, compartilhou-se uma apresentação pré-gravada pela Senhora Karina Gould, Ministra da Família, Infância e Desenvolvimento Social do Canadá, que assinalou que contar com sólidos sistemas de proteção social é a chave para a sustentabilidade econômica e social de nossos países. O sistema de proteção social do Canadá conta com um componente de “estabilidade” que inclui tanto programas de segurança da renda como programas de seguro social e apoios durante a infância, a idade de trabalho e a aposentadoria, entre outros. Esse sistema foi capaz de se adaptar em tempos de necessidade e em conjunto isto se traduziu num sistema que é sustentável para o governo quanto ao seu financiamento e sustentável quanto à sua utilidade para os cidadãos e cidadãs.

As reflexões realizadas pelas autoridades participantes indicaram como as crises e desastres podem ser transformados em oportunidades para construir soluções inovadoras e melhorar a eficácia e a sustentabilidade dos sistemas de proteção social, considerando que tanto a vontade política como o financiamento foram ressaltados como fatores cruciais para a construção de uma matriz de proteção reativa às crises. Para isso, é imperioso avançar na realização das reformas fiscais e dos sistemas de tributação progressiva necessários, ampliando o financiamento multilateral e as medidas de alívio da dívida externa.

Para abordar o terceiro subtema, **“Inovações através da incorporação de novas tecnologias para a abordagem de problemáticas sociais atuais”**, contou-se com a participação do Senhor Renato González Disla, Assessor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) do Gabinete de Coordenação de Políticas Sociais da República Dominicana, que interveio como especialista convidado e compartilhou a experiência de seu país nessa matéria. Em primeiro lugar, comentou sobre como a quarta revolução industrial impactou a proteção social, identificando certos desafios, como o aumento da lacuna na divisão de tarefas entre humanos e máquinas, a criação de menor número de empregos e a lenta recuperação da economia pós-covid-19. Enfatizou certas oportunidades oferecidas pela atual transformação digital para enfrentar estes desafios, através de estratégias de inovação e criação de

novos empregos (teletrabalho, educação virtual, impulso à economia GIG<sup>3</sup> e colaborativa). Assim, a transformação digital é de suma utilidade para a melhoria da gestão das políticas de proteção social, facilitando a integração de processos e interoperabilidade dos dados para a administração de serviços e beneficiários.

Além disso, indicou como a incorporação dos avanços tecnológicos revigorou o trabalho da entidade “Administradora de Subsídios Sociais” da República Dominicana, permitindo oferecer uma rápida resposta às demandas derivadas da crise de covid-19 com ampla cobertura de acesso e identificação de grupos de populações especialmente vulneráveis.

O Senhor Giorgio Jackson, Ministro do Desenvolvimento Social e Família do Chile, indicou como o “ecossistema digital” atual é um instrumento fundamental para o desenvolvimento e eficácia das políticas sociais, agilizando a gestão e melhorando a experiência dos beneficiários. Neste sentido, seu país publicou em 2019 uma “Lei de Transformação Digital” que modifica as bases dos processos administrativos, que se encontra atualmente em processo de preparação das instituições para sua implementação, estabelecendo padrões comuns para as plataformas eletrônicas integradas e interoperáveis e a digitalização dos processos administrativos através de um “guichê único” que evite a duplicidade de registros e facilite a coordenação intersectorial, melhorando a gestão do investimento público.

As autoridades participantes manifestaram grande interesse nas experiências compartilhadas como práticas promissoras que poderiam ser replicadas e adaptadas a cada contexto nacional e indicaram como a recente crise sanitária impactou a forma em que os governos administram suas políticas de proteção social, levando-os ao uso de tecnologias digitais para agilizar processos de acesso a prestações e facilitar cruzamentos de informação entre instituições públicas para a tomada de decisões oportunas; no entanto, é necessário considerar as lacunas digitais presentes em nossa região a fim de aproveitar o potencial das TIC para acelerar o progresso humano e construir um futuro digitalmente inclusivo.

Posteriormente, considerou-se o quarto subtema, **“Perspectivas acerca da Renda Básica Universal: oportunidades e desafios para sua implementação”**, que contou com a participação do Senhor Joachim Henry, Ministro da Equidade, Justiça Social e Empoderamento de Santa Lúcia, que indicou como o seu país, apesar dos desafios e limitações de recursos disponíveis, avançou na atualização da Política Nacional de Proteção Social para um sistema capaz de se adaptar a múltiplos choque ambientais, sanitários e econômicos, acompanhado de protocolos claramente estabelecidos, acordos de implementação e processos institucionalizados que superem as respostas *ad hoc*. Indicou também como as medidas de apoio econômico oferecidas através de transferências monetárias para a população permitiram garantir pisos mínimos de proteção social para a população, entendendo que a assistência de emergência incondicional é uma forma urgente, justa e factível de evitar um maior empobrecimento como resultado da pandemia.

Neste sentido, existem acordos no sentido de que os esquemas de política de transferências econômicas não reverterem as recessões econômicas dos países, nem substituem os sistemas de proteção social. No entanto, têm o potencial de mitigar os efeitos imediatos mais severos das crises e desastres.

- 
3. A economia gig refere-se a um novo formato para gerar renda fora da ideia de trabalho tradicional na qual uma pessoa se encarrega de realizar uma tarefa específica e recebe por este serviço de forma independente. (BID, 2022) Disponível em: <https://blogs.iadb.org/trabalho/es/gig-economy-el-nuevo-paradigma-para-la-generacion-de-ingresos/>

Para abordar o quinto subtema, **“Políticas sensíveis à migração internacional como parte dos sistemas de proteção social: abordagem preventiva da migração irregular e oportunidades de reintegração social para migrantes retornados”**, o Senhor Tim Howe, Especialista Regional Sênior de Proteção e Assistência a Migrantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM), apresentou (num vídeo pré-gravado) as “Diretrizes Regionais para a Inclusão Social de Sobreviventes do Tráfico de Pessoas nas Américas”, elaborado pelo Departamento de Inclusão Social da OEA e a OIM, como um guia, não vinculante, para a orientação sobre as ações e áreas de intervenção que devem estar presentes no planejamento e execução de estratégias para facilitar a inclusão social das pessoas sobreviventes do tráfico e sua participação ativa nas comunidades onde vivem. Através da declaração política aprovada nesta reunião, os Estados membros da OEA tomam nota das mencionadas Diretrizes e se comprometem, por meio do Plano de Ação da República Dominicana 2022, a gerar instâncias de difusão e socialização.

Neste sentido, a delegação do Brasil ressaltou que a política de proteção social de seu país não se limita a cidadãos nacionais; exemplo disso é a “Operação Acolhida” que busca garantir atenção humanitária às pessoas migrantes e refugiadas da Venezuela em território brasileiro. Além disso, a delegação da Guatemala sublinhou o compromisso de seu país ante a responsabilidade compartilhada que supõe a atenção à migração, destacando o “Programa Nacional de Educação Alternativa (PRONEA)”, que tem como propósito facilitar processos que permitam a acreditação e certificação de estudos realizados no estrangeiro e/ou competências de trabalho adquiridas, em benefício da população em geral, com ênfase na população migrante e retornada.

O representante do Panamá enfatizou a complexa situação enfrentada por seu país devido ao fluxo migratório extraordinário que recebeu nos últimos anos, sendo considerada uma das rotas migratórias mais perigosas do mundo, acentuando a necessidade de fortalecer a cooperação internacional de um ponto de vista de responsabilidade compartilhada e de respeito aos direitos humanos.

Posteriormente, procedeu-se a considerar o tema **“Mercado de trabalho e proteção social: inclusão laboral-produtiva e fomento à formalidade, com ênfase no acesso à seguridade social, como estratégias de redução das desigualdades e erradicação da pobreza”**, contando com duas comunicações introdutórias por parte do Senhor Ariel Pino, Especialista em Proteção Social e Segurança e Saúde no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e da Senhora Gina Magnolia Riaño Barón, Secretária-Geral da Organização Ibero-Americana de Seguridade social (OISS).

O Senhor Pino apresentou a proteção social como motor da formalização do trabalho num contexto regional marcado pelas condições de informalidade dos empregos, pobreza e desigualdade de renda. A recuperação parcial da taxa de emprego após a crise de covid-19 foi liderada pelo aumento do trabalho informal; ante isso, a OIT recomenda aos Estados ampliar a cobertura de proteção social para impulsionar a formalização, promovendo o trabalho decente como mecanismo essencial para avançar numa maior justiça social. Para isso, sugere certas medidas concretas que os países poderiam adotar, tais como a criação de impostos adaptados à capacidade contributiva do trabalhador, a simplificação dos procedimentos administrativos e a organização do setor informal por meio de uma representação adequada para pressionar e interagir com as autoridades públicas, entre outras.

A representante da OISS indicou que o fortalecimento dos sistemas de proteção social no âmbito de recuperação da pandemia constitui um eixo fundamental para um novo pacto social



concentrado no bem-estar integral da população, no desenvolvimento de um novo paradigma de seguridade social com base na universalidade dos direitos, adequação das prestações e sustentabilidade do sistema e no estabelecimento de um marco laboral e de políticas públicas que leve em conta as novas dinâmicas do trabalho e garanta condições adequadas de proteção. Neste sentido, assinalou que para uma redução sustentável da informalidade são necessárias políticas econômicas que promovam o crescimento econômico, o que implica transformar a estrutura produtiva, investindo em conhecimento, novas tecnologias e qualificação dos trabalhadores.

Em seguida, a Senhora Vindhya Persaud, Ministra de Serviços Humanos e Seguridade social da Guiana, indicou algumas práticas promissoras implementadas em seu país para robustecer seu sistema de proteção social, destacando os resultados alcançados pelos programas de inclusão laboral produtiva e promoção da formalização. Esses programas tiveram um alcance universal, com ênfase nas populações mais vulneráveis, inclusive as pessoas de comunidades mais remotas do interior do país, facilitando o acesso gratuito a uma carteira ampla de oportunidades de formação técnica, profissional e de certificação, assim como de impulso ao empreendedorismo, formuladas especificamente para os nichos de mercado identificados em Guayana. Deve-se destacar o esforço empreendido pelo país em atender às necessidades particulares das mulheres de menor renda e sobreviventes de violência doméstica, mais afetadas pelas condições de informalidade dos empregos aos quais têm acesso.

A Embaixadora Maria Roquebert León, Representante Permanente do Panamá junto à OEA, falou sobre a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social do Panamá na implementação de programas de proteção social vinculados à inclusão produtiva. Neste sentido, ressaltou o programa “Coesão Social” como parte da estratégia global do ministério para a erradicação da pobreza, cujo objetivo se concentra em melhorar a capacidade produtiva da população que vive em territórios indígenas para aumentar sua produção agropecuária e a geração de renda, favorecendo sua segurança alimentar e nutricional. A recente avaliação de impacto do programa indica que existe um alto grau de satisfação por parte dos beneficiários (acima de 96%), que puderam acessar instâncias de capacitação de acordo com suas necessidades, adotar novas tecnologias com maior rendimento da produção e ampliar canais de venda, entre outros.

Com referência a esta temática, a Senhora Cielo Rusinque, Diretora do Departamento de Prosperidade Social da Colômbia, expressou que o novo Governo de seu país está trabalhando para uma nova perspectiva das políticas públicas encaminhadas à superação da pobreza, erradicação da fome e consecução de uma “Paz total”, estreitando alianças estratégicas entre o Governo e as organizações sociais, num cenário marcado pela desigualdade histórica e novos riscos, como a pandemia e a mudança climática. Neste sentido, ressaltou os esforços empreendidos para atender certos setores populacionais altamente vulneráveis, como os jovens, os idosos e as mulheres de menores recursos, sendo que 75% dos lares em pobreza extrema na Colômbia são chefiados por mulheres; frente a isso, foram realizadas transferências monetárias a mães chefes de família em reconhecimento ao trabalho que desempenham e sua contribuição à economia do cuidado.

Para debater acerca do seguinte tema da reunião, **“Avançar rumo a sociedades do cuidado: desafios e lições aprendidas nos Sistemas Integrals de Cuidado da região”**, contou-se primeiramente com a exposição da Senhora Beatriz Piñeres, Especialista em Empoderamento Econômico da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). Depois de um processo analítico e consultivo, a CIM lançou a “Lei-Modelo Interamericana de Cuidados”, uma ferramenta que tem como objetivo reconhecer o cuidado como um direito e, portanto, a necessidade de regulá-lo, reconhecer, reduzir e redistribuir a carga de cuidados e garantir de maneira universal o acesso e desfrute desse

direito. A criação deste instrumento jurídico parte da identificação de que os instrumentos normativos existentes na região foram insuficientes para abordar as realidades das mulheres de forma integral. Adicionalmente, a CIM elaborou o “Guia de Implementação para a Lei-Modelo Interamericana de Cuidados”, que serve de referência para os países que estão iniciando um processo regulador em matéria de cuidados, estabelecendo certas bases mínimas para os ajustes normativos e políticos exigidos por esse processo.

Posteriormente, interveio o Senhor José Carlos Cardona Erazo, Secretário de Estado no Gabinete de Desenvolvimento Social (SEDESOL) da República de Honduras, para compartilhar a experiência do Sistema de Proteção Social de seu país e os desafios enfrentados para incorporar o enfoque de cuidados à nova arquitetura institucional na qual a SEDESOL está trabalhando, para uma Lei Integral de Cuidados do Estado.

Além disso, o Senhor Nicolás Scarella, Secretário Nacional de Cuidados e Deficiência do Ministério do Desenvolvimento Social do Uruguai, apresentou (num vídeo pré-gravado) algumas reflexões em torno do processo de formulação, implementação e avaliação do Sistema Nacional Integrado de Cuidados do Uruguai, como experiência pioneira na região, assinalando que a eficácia e progressividade do Sistema, desde sua criação em 2015, se deu por certos elementos-chave: em primeiro lugar, o Sistema foi criado através de um processo coletivo que envolveu o Governo, a sociedade civil organizada, o setor privado e a academia, na qual se consideraram as perspectivas e contribuições de cada setor e se estipularam canais formais para sua participação ativa na tomada de decisões; outro aspecto fundamental é a característica de “integralidade” do Sistema, que compreende todas as pessoas durante todo o ciclo de vida, inclusive prestações tanto para quem necessita de cuidado como para quem o provê; por último, enfatizou-se a prioridade de reconhecer o cuidado como direito amparado por Lei, o que requer um constante monitoramento e avaliação e dotação orçamentária de acordo com os objetivos de progressividade e universalidade que o Sistema prevê.

As delegações concordaram que investir em cuidados e promover a corresponsabilidade entre Estado, família, mercado e comunidade implica um avanço substantivo rumo à igualdade de gênero, ao mesmo tempo que impulsiona a atividade econômica, gerando empregos formais e profissionais de qualidade, contribuindo para a transformação dos papéis tradicionais de gênero.

O áudio da segunda sessão plenária encontra-se disponível no seguinte link: [https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES\\_2-Plenaria\\_11-17-2022.mp3](https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES_2-Plenaria_11-17-2022.mp3)

#### D. Terceira sessão plenária

Esta sessão plenária abordou como tema central “Fortalecimento da cooperação internacional e regional como chave para a promoção da equidade e da sustentabilidade dos sistemas de proteção social”. Neste sentido, o Senhor Van Elder Espinal, Diretor Técnico do Gabinete de Coordenação de Políticas Sociais da República Dominicana, apresentou o “Projeto de Plano de Ação da República Dominicana como uma oportunidade para fortalecer a cooperação regional”, motivando Estados membros, observadores permanentes e convidados especiais a se envolverem ativamente na implementação dos objetivos propostos nesse Plano e realizar, na medida de suas possibilidades, contribuições para o fundo específico de contribuições voluntárias que permitam garantir a disponibilidade dos recursos necessários para sua efetiva execução.

Em seguida, o Senhor Espinal deu abertura a um conversatório com organismos internacionais denominado “Oportunidades de cooperação e sinergias entre os organismos regionais para o fortalecimento dos sistemas de proteção social”, que contou com as valiosas intervenções de representantes de entidades internacionais que são parceiros para a agenda de desenvolvimento social impulsionada pela OEA, como a Senhora Michelle Muschett, em representação da Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), o Senhor Xavier Hernández, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Senhor Pablo Bartol, em representação da Corporação Andina de Fomento (CAF), e a Senhora Alison Drayton, representante da Comunidade do Caribe (CARICOM). Em suas intervenções, eles expuseram o trabalho que seus organismos desempenham em apoio às instituições de desenvolvimento social das Américas e avaliaram possíveis estratégias de ação conjunta na execução efetiva do Plano de Ação adotado na presente reunião.

O áudio da terceira sessão plenária encontra-se disponível no seguinte link: [https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES\\_3-Plenaria\\_11-18-2022.mp3](https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES_3-Plenaria_11-18-2022.mp3)

#### E. Quarta sessão plenária

O primeiro ponto na agenda desta sessão era a eleição de autoridades da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social (CIDES) para o ciclo 2022-2025. Neste sentido, receberam-se postulações e foram eleitos por aclamação o Ministro do Desenvolvimento Social do Chile como presidente da CIDES, o Ministro do Desenvolvimento Social do Paraguai como primeiro vice-presidente da CIDES e o Coordenador Geral do Gabinete de Coordenação de Políticas Sociais da República Dominicana como segundo vice-presidente da CIDES para o período desde a V REMDES até a próxima reunião ministerial de desenvolvimento social em 2025.

Na qualidade de presidente eleito da CIDES, o Ministro do Desenvolvimento Social do Chile ressaltou que seu governo assume este grande desafio com entusiasmo, comprometendo-se a impulsionar ações que permitam enfrentar os importantes desafios comuns nas Américas, a partir de um enfoque de gênero e direitos humanos, atribuindo centralidade à abordagem da crise climática e ecológica, causada majoritariamente pelos setores de maior renda, mas cujas consequências são sofridas principalmente pelas imensas maiorias de menor renda; esses desafios ficam mais complexos por ser a região mais desigual do mundo, mas estamos convencidos de que esta articulação e estímulo coletivo podem mudar esta realidade, avançando para o bem-estar integral de nossas populações sem deixar ninguém para trás. Além disso, o Delegado do Paraguai agradeceu a confiança depositada em seu país para continuar na vice-presidência da Comissão, reforçando seu compromisso de trabalhar arduamente para enfrentar em conjunto a pobreza e as desigualdades como problemática central para o desenvolvimento regional.

Posteriormente, para dar consistência às tarefas acordadas no Plano de Ação da República Dominicana 2022 e aplicar as normas regulamentares vigentes, foi aprovado o estabelecimento formal dos Grupos de Trabalho da CIDES. O Plano de Ação prevê três grupos de trabalho para implementar as prioridades de desenvolvimento social definidas na declaração adotada. Estes grupos são: o Grupo de Trabalho 1, “Medições da pobreza multidimensional e a formulação de políticas públicas focadas em garantir o bem-estar e gozo de uma boa qualidade de vida”; o Grupo de Trabalho 2, “Sistemas de proteção social que conduzem ao desenvolvimento social através da redução da pobreza e da desigualdade e ampliam a proteção social com um enfoque integral”; e o Grupo de Trabalho 3, “Alianças, financiamento e fortalecimento da cooperação e assistência técnica hemisférica para promover o desenvolvimento social através da Rede Interamericana de Proteção Social (RIPSO)”.

No que se refere às autoridades que liderarão os Grupos de Trabalho, embora alguns Estados membros tenham considerado sua postulação para os cargos nos três grupos, não se contou com candidatos para todas as vagas que permitissem realizar a eleição dos titulares durante a V REMDES; por isso, em conformidade com o Regulamento das Comissões Interamericanas do CIDI, a Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social (CIDES) procederá à eleição das autoridades dos três Grupos de Trabalho o quanto antes. Acordada esta decisão, procedeu-se a ajustar o Plano de Ação, eliminando a seção 5, “Funcionamento dos Grupos de Trabalho”, na qual se mencionariam as autoridades eleitas dos Grupos de Trabalho.

Por outro lado, decidiu-se aceitar a oferta do Governo do México para acolher a Sexta Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social (VI REMDES) em 2025. Assim, o CIDI procederá à sua convocação formal uma vez que se determine a data e local exatos. Neste sentido, o Presidente da reunião expressou seu agradecimento ao Governo do México, oferecendo sua colaboração na preparação da próxima reunião ministerial, dando as boas-vindas como membro da troika do processo setorial de desenvolvimento social no âmbito do CIDI. O Embaixador do México na República Dominicana destacou o papel central desempenhado pela OEA para a região, que deve continuar fomentando espaços de diálogo nos quais através das REMDES os Estados sejam capazes de priorizar os temas que necessitem ser discutidos multilateralmente e encontrar soluções conjuntas para os novos desafios que afligem nossos povos; continuando o trabalho coordenado para a VI REMDES que seu Governo se compromete com entusiasmo a acolher.

Continuando com o seguinte ponto na agenda desta sessão plenária, procedeu-se a considerar e aprovar a “Declaração Interamericana de Prioridades em Matéria de Desenvolvimento Social” (CIDI/REMDES/DEC. 1/22), negociada previamente através em nove reuniões informais e uma reunião preparatória formal. Neste sentido, representantes das Delegações do Paraguai e da Guatemala solicitaram a inclusão de uma nota de rodapé na Declaração, indicando sua posição em desacordo com a menção a “mulheres e meninas em toda a sua diversidade”. A Secretaria Técnica tomou nota da solicitação de ambas as delegações e incorporou posteriormente a nota de rodapé elaborada pela Guatemala, estando pendente o recebimento do texto a ser proposto pelo Paraguai.

Adicionalmente, considerou-se e aprovou-se por aclamação o “Plano de Ação da República Dominicana 2022” (CIDI/REMDES/doc.7/22 rev.1); levando em conta a Declaração aprovada, conforme estabelecida pelo ciclo trienal setorial do CIDI, nos próximos três meses as autoridades da CIDES e a Troika se reunirão para elaborar o Projeto de Plano de Trabalho da CIDES que, com base no Plano de Ação da República Dominicana, será executado durante os próximos três anos.

Concluindo a quarta sessão plenária, o Ministro do Desenvolvimento Social e Família do Chile propôs e foi aprovado por aclamação o projeto de resolução “Voto de agradecimento ao povo e Governo da República Dominicana” (CIDI/REMDES/RES. 1/22), reconhecendo que a hospitalidade do povo e do Governo Dominicano, através de seu Presidente, do Coordenador Geral do Gabinete de Coordenação de Políticas Sociais e todo seu pessoal, tornou possível a realização da V REMDES em Santo Domingo, onde as delegações tiveram a oportunidade de travar um diálogo frutífero e produtivo para continuar procurando melhorar o alcance e a eficácia das medidas para mitigar a pobreza e ampliar o bem-estar das pessoas.

O áudio da quarta sessão plenária encontra-se disponível no seguinte link: [https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES\\_4-Plenaria-Clausura\\_11-18-2022.mp3](https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES_4-Plenaria-Clausura_11-18-2022.mp3)

#### J. Sessão de encerramento

Tendo culminado as deliberações contempladas na V REMDES, o Embaixador Nestor Mendez, Secretário-Geral Adjunto da OEA, felicitou os acordos e resultados alcançadas, com o que se deu por encerrada a V REMDES, agradecendo muito especialmente ao Governo da República Dominicana, ao Coordenador Peña Guaba e sua equipe e à Missão Permanente da República Dominicana junto à OEA, por liderar excepcionalmente os trabalhos de preparação desta reunião ministerial, bem como a todos os Ministros, Ministras e Altas Autoridades presentes.

Neste sentido, reconheceu a reunião ministerial como um exemplo de que a OEA, como única entidade interamericana que conta com uma estrutura e estratégia na qual participa a ampla maioria dos Estados da região, e em coordenação com outras instituições, pode fazer contribuições significativas para avançar no desenvolvimento social do hemisfério, sendo também um exemplo concreto do papel essencial que a Organização desempenha facilitando espaços de diálogo para a construção de consensos regionais e a promoção da cooperação técnica entre pares, reafirmando o compromisso da OEA de continuar apoiando, através da Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade/Departamento de Inclusão Social, os esforços das instituições encarregadas das políticas sociais no hemisfério, contribuindo para a implementação das linhas de trabalho do Plano de Ação para que estas possam se traduzir numa melhoria concreta da qualidade de vida de todas as pessoas.

O Senhor Francisco Antonio Peña Guaba, Coordenador Geral do Gabinete de Coordenação de Políticas Sociais da República Dominicana, na qualidade de Presidente da V REMDES, agradeceu aos participantes, oradores e Estados membros por sua ativa participação e expressou a satisfação de seu país com os resultados alcançados. Agradeceu também às delegações por seu ímpeto de cooperação e compromisso e aos funcionários da Secretaria Técnica da OEA por seu apoio e orientação à equipe local, declarando assim encerrada a reunião.

O áudio da sessão de encerramento encontra-se disponível no seguinte link: [https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES\\_4-Plenaria-Clausura\\_11-18-2022.mp3](https://scm.oas.org/audios/2022/V-REMDES_4-Plenaria-Clausura_11-18-2022.mp3)

A lista de documentos finais da reunião pode ser consultada no seguinte link: <CIDI/REMDES/doc.11/22>.

#### IV. CONCLUSÃO

A Quinta Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social da OEA contou com uma participação amplamente representativa de todas as regiões das Américas, com delegados da América do Norte, América Central e do Sul e do Caribe.

Os resultados esperados para a reunião ministerial foram cumpridos, na medida em que se abordaram temas cruciais para a região que exigem ação coletiva, tais como a necessidade de melhorar as ferramentas técnicas para compreender melhor como medir as múltiplas dimensões da pobreza e, sobretudo, como utilizar os resultados destas medições para melhorar as políticas públicas para erradicá-la, através do lançamento do “Compêndio sobre experiências e lições aprendidas na medição da pobreza multidimensional nas Américas”, elaborado pelo Grupo de Trabalho 1 da CIDES e OPHI.

Compartilharam-se experiências na gestão, avaliação e adaptabilidade dos sistemas de proteção social no contexto da pandemia de covid-19 e estratégias para articular de forma eficaz o

mercado de trabalho e a seguridade social; pela primeira vez, incluiu-se como um dos temas centrais do diálogo ministerial o cuidado das pessoas como eixo das políticas sociais e o avanço na construção de sistemas integrais de cuidados na região.

Além disso, foram alcançados dois resultados fundamentais para o processo ministerial de desenvolvimento social da OEA: a aprovação da “Declaração Interamericana de Prioridades em matéria de Desenvolvimento Social” e do “Plano de Ação da República Dominicana 2022”, que irão guiar os trabalhos da CIDES, através de suas novas autoridades eleitas, durante os próximos três anos, até a realização da VI REMDES no México.

Outro resultado importante da reunião foi a apresentação das “Diretrizes Regionais para a Inclusão Social de Sobreviventes do Tráfico de Pessoas nas Américas”, documento elaborado conjuntamente pela OEA e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) como um guia, não vinculante, para a orientação sobre as ações e áreas de intervenção que devem estar presentes no planejamento e execução de estratégias para facilitar a inclusão social das pessoas sobreviventes do tráfico e sua participação ativa na vida social, econômica, cultural e política das comunidades em que vivem”.

Adicionalmente, a V REMDES facilitou um espaço de encontro presencial de altas autoridades de desenvolvimento social da região, várias delas recentemente eleitas; ao mesmo tempo, representantes de organismos internacionais aproveitaram a instância para estreitar alianças de cooperação que continuarão impulsionando a recuperação solidária, sustentável e resiliente de nossos países.

Cabe destacar que um dos aspectos diferenciais destes intercâmbios em matéria de desenvolvimento social, diferentemente de outros propostos por organismos internacionais que atuam nessa matéria, se refere ao papel central do diálogo entre formuladores de políticas públicas dos Estados membros da OEA.